

MAPEAMENTO DAS PARCERIAS FORMATIVAS DE PROFESSORES NO GOVERNO ZEMA: REFLEXÕES SOBRE A PRIVATIZAÇÃO EXÓGENA

Laís Alice Oliveira Santos; UFU; lais.alicepedago@gmail.com

Maria Simone Ferraz Pereira; UFU; msimonefp@gmail.com

Introdução

Esta pesquisa faz parte do levantamento inicial da tese de doutoramento e o recorte do presente trabalho versa sobre as políticas educacionais implementadas nos anos de 2019 e 2020, que demarcam o ingresso da gestão do governador Romeu Zema, no estado de MG. O interesse por compreender os desdobramentos dessa gestão do empresário, oriunda-se do marco que se constituiu como primeiro governador pelo Partido Novo, o qual assume o viés liberal e se compromete em “efetivar medidas positivas de gestão no Governo de MG” (NOVO, 2020, s/p.).

Os autores Ball e Yodell (2007) chamam a atenção para o ingresso de representantes do setor privado em cargos políticos, ao usufruírem de grande influência na definição da agenda das políticas públicas. Este mecanismo, segundo os autores seria um dos mais perniciosos riscos da diminuição das funções estatais e abertura as empresas privadas, visto que por muitos não é entendida como medida de privatização, porém intitulada de “Privatização da Política”. Antes mesmo de ser eleito, o atual Governador Zema, já sinalizava em seu Plano de Governo (2018) que “os serviços públicos não precisariam ser ofertados diretamente pelo poder público, uma vez que poderiam ser realizados por organizações e empresas do setor privado” (PEREIRA; SILVA; VALENTE, 2019, p. 169). Desse modo, fica claro em seu plano de governo, que a privatização da política favorece o desencadeamento da presença da privatização exógena, que consiste na “incorporação do setor privado nos centros públicos de educação” (CROSSO, MAGALHÃES, 2016, p.21). Estes autores afirmam que há indícios de que os processos de privatização fragilizam a educação pública ao não garantirem condições mínimas para um funcionamento adequado, como: “corpo docente e estudantes desvalorizados; gestão pouco democrática; aumento da criminalização de movimentos e ativistas; e financiamento escasso” (p. 20), pois, o compromisso do setor privado é fundamentalmente com o lucro.

Diante dessa lógica privatizante o corpo docente e a formação a ele ofertada tem sido alvo de uma gestão por resultado, em que os professores devem seguir as prescrições dos currículos elaborados pelos especialistas, se submeterem as formações/treinamentos de como aplicar o conteúdo e suas provas, que avaliam os alunos como também servem de métrica para dizer da qualidade do professor.

Em detrimento desse acirramento da relação público privado nas políticas educacionais, aqui em especial nas políticas de formação de professores, ressaltamos a importância de como tem se caracterizado essa relação. Quais seriam as empresas privadas presentes na política de formação de professores de Minas Gerais? Estaríamos em um momento de maior abertura as empresas privadas na educação mineira a partir da ocupação do cargo de Governador pelo empresário Romeu Zema? Portanto, estas inquietações nos levaram à definição do seguinte objetivo: mapear quais parcerias com o setor privado foram estabelecidas para a oferta de cursos na formação de professores no estado de Minas Gerais.

Metodologia

O presente estudo, de abordagem qualitativa, propicia ao investigador uma visão mais ampla de seu objeto de pesquisa e para o procedimento metodológico a pesquisa documental constitui a primeira etapa da pesquisa empírica e nos permite apreender e analisar os documentos com o uso de técnicas e instrumentos propícios ao estudo em questão (FÁVERO; CENTENARO, 2019). Ao investigar o sítio eletrônico da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais (2020) focalizamos nosso olhar para identificar as parcerias externas estabelecidas nos anos de 2019 e 2020 para a oferta de formação de professores da rede estadual de Minas Gerais. Ao identificarmos os cursos ofertados investigamos as características das empresas que estão vinculadas a gestão da educação no Governo Zema, percorrendo a análise documental pelo sítio eletrônico de cada uma das empresas privadas, a fim de descobrir o ramo de atuação e as parcerias que estabelecem com outras empresas.

Resultados e Discussões

A oferta dos cursos de formação de professores é organizada pela “Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais”, a qual foi criada no ano de 2011, sob a Legislação Estadual Delegada nº. 180 de 20 de janeiro. O objetivo primordial da Escola de Formação é “coordenar os processos de formação em

nível macro” (MINAS GERAIS, 2020, s/p), e para que isso ocorra é previsto no Art. 177, inciso VI que a Escola de Formação possa, “**desenvolver parcerias**, no âmbito da sua competência, com a União, Estados, Municípios e Organizações Nacionais e Internacionais, na forma da lei”. Destacamos que as parcerias previstas pela Lei mencionada, não discrimina o público do privado, o que fica subentendido a possibilidade de parcerias privadas. Crosso e Magalhães (2016) explicitam que as aberturas legais às concessões de parcerias com empresas privadas são falsamente fundamentadas na proposta de que promoverá mais eficiência na organização escolar e uma consequente melhoria da qualidade educacional, porém tem gerado “uma notável piora nas condições de trabalho docente” (p. 26), a medida que a responsabilização pela busca por formação e pela aprendizagem dos alunos recaem sobre o professor.

As parcerias realizadas pela Escola de Formação e Desenvolvimento de Minas Gerais, como permitido legalmente são tanto no âmbito privado quanto público. Foram encontradas 10 parcerias de Instituições públicas e 2 de Instituições privadas, as quais nos ateremos por ser o foco desta pesquisa. Na tabela 1 é perceptível dentre as 2 parcerias estabelecidas cursos cuja temática se dividem em: Tecnologia e educação; e práticas pedagógicas. Sendo um curso realizado à distância com carga horária de 40 horas semanais, e outra atividade presencial que ocorreu no município de Belo Horizonte – MG, uma residência com duração de 8 meses. Todas estas atividades descritas ocorreram após o ingresso do Governador Romeu Zema, assim como o estabelecimento das parcerias com as respectivas empresas, ambas no ano de 2020.

Tabela 1: Oferta de atividades formativas por parcerias privadas aos professores da rede estadual de Minas Gerais (2019-2020).

	Parceiros	Ofertas	Carga horária	Modalidade	Ano	Local
2	Instituto Iungo	Residência Iungo para educadores	8 meses	Presencial - residência	2020	BH
4	SaferNet Brasil	Educando para boas escolhas on-line	40 hr	EAD – curso	2020	online

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados do sítio eletrônico da Escola de Formação (2020).

A SaferNet Brasil é uma associação civil de direito privado, que se intitula sem fins lucrativos ou econômicos, ou com vínculos partidários e que tem ofertado aos professores da rede Estadual de Minas Gerais um curso para capacitá-los a fazerem o uso seguro das tecnologias digitais. Ressaltam a importância da parceria e da oferta do curso em detrimento da sintonia estabelecida com as Competências Gerais da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (MINAS GERAIS, 2020, s/p.). Estabelece

parceria com a multinacional Google. O Instituto Iungo é uma associação privada recém criada, 2020, que tem o objetivo de “promover o desenvolvimento profissional de educadores de todo Brasil”, atuando por meio de três eixos interdependentes: “formação continuada de educadores; pesquisa em educação; produção e compartilhamento de materiais pedagógicos” (IUNGO, 2020, s/p). Conta com o financiamento do Movimento Bem Maior e Instituto MRV e tem parceria firmada com a Secretaria de Educação de Minas Gerais. Nos limites desse trabalho, a descrição das relações que estas empresas privadas estabelecem e suas ações se resumirão a estas pelo caráter do trabalho ser resumo expandido e pelos resultados serem parciais, abarcando a análise documental.

As duas empresas possuem a intencionalidade de capacitar os profissionais da educação, alinhados as competências e habilidades descritas na BNCC. Essas iniciativas têm se constituído dentro da reforma do alinhamento que segundo Freitas (2018), os reformadores da educação têm implementado a lógica empresarial à educação, com o discurso de torná-la mais eficiente, mais eficaz, disseminando técnicas de resolução de problemas.

A lógica esperada é que, definindo o que se deve ensinar, a escola saberá o que ensinar, os testes verificarão se ela ensinou ou não, e a responsabilização premiará quem ensinou e punirá quem não ensinou. A isso a reforma chama de alinhamento. (FREITAS, 2018, p. 78)

Desse modo, os professores e as políticas de formação fazem parte do conjunto da reforma do alinhamento em que os diferentes modos de privatização têm contribuído.

Conclusão

As formações em parcerias com as instituições privadas são constituídas a partir do ano de 2020, o que nos leva a inferir que a chegada do Zema ao poder como um mecanismo de privatização no governo impulsiona a abertura de outras formas de privatizar a educação, como a privatização exógena, ao termos a oferta de cursos por 2 instituições privadas. Os riscos que corremos diante da acentuação da participação do setor privado em fornecer serviços públicos são muitos, tendo em visto que há sérios conflitos de interesses, pois enquanto o público está diretamente ligado a um propósito social o privado está na busca de novas oportunidades de lucro. Portanto, enfatizamos a importância das pesquisas de mapeamento no contexto atual, para que conheçamos os diferentes modos de privatização e as empresas que têm ingressado no sentido de nos organizarmos com ações propositivas, na perspectiva de uma contrarreforma.

Referências Bibliográficas

BALL, S.; YODELL, D. **Privatización encubierta en la educación pública**, Internacional de la Educación . Bruselas, 2007.

CROSO, Camilla; MAGALHAES, Giovanna Modé. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 17-33, mar. 2016. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000100017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 13 abr. 2020. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157622>.

FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Rev. Contrapontos/Eletrônica**, vol. 19, n.º 1, Itajaí, jan.-dez., 2019 Disponível em: : www.univali.br/periodicos Acesso em 11/08/2020. Doi: 10.14210/contrapontos.v19n1.p170-184

FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: expressão Popular, 2018.

IUNGO. **Sítio eletrônico do Instituto Iungo**. Disponível em: <https://iungo.org.br/conheca-o-iungo> Acesso em: 02/10/2020

MINAS GERAIS. **Lei Delegada nº 180**, de 20 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LDL&num=180&ano=2011> Acesso em: 30/07/2020.

MINAS GERAIS. **Sítio Eletrônico da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores**. Disponível em: <https://escoladeformacao.educacao.mg.gov.br> Acesso em: 30/07/2020.

NOVO. **Sítio eletrônico do Partido NOVO**. Disponível em: <https://novo.org.br/> Acesso em: 30/07/2020.

PEREIRA, M. S. F.; SILVA M. S. P. da; VALENTE, L. de F. O “NOVO” nas trilhas da educação: políticas e prioridades para a educação básica nas Minas Gerais em 2019 (janeiro a junho). In: **Políticas e prioridades para educação básica dos governos estaduais eleitos em 2018: para onde os sistemas estaduais caminham?** ADRIÃO, T.; Marques, L. R.; AGUIAR, M. A. da S. (org.) Meio Eletrônico - Brasília: Anpae, 2019.